

Parte III - Trajetórias, Categorias, Implicações
**Capítulo 11 - Os Indígenas nos Censos Demográficos: entrevista
com João Pacheco de Oliveira**

João Pacheco de Oliveira
Marta Antunes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, J.P., and ANTUNES, M. Os Indígenas nos Censos Demográficos: entrevista com João Pacheco de Oliveira. In: SANTOS, R.V., GUIMARÃES, B.N., CAMPOS, M.B., and AZEVEDO, M.M.A., comps. *Entre Demografia e Antropologia: povos indígenas no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019, pp. 233-240. Saúde dos povos Indígenas collection. ISBN: 978-65-5708-013-9.
<https://doi.org/10.7476/9786557080139.0012>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Apresentação

João Pacheco de Oliveira é antropólogo e professor titular no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez pesquisa de campo prolongada com os índios Tikuna, do Alto Solimões (Amazônia). Conduziu também diversas investigações sobre políticas públicas, coordenando um amplo projeto de monitoramento das terras indígenas no Brasil (1986-1994). Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) (1994-1996) e, por diversas, vezes atuou como coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas. Nos últimos anos, vem se dedicando ao estudo de questões ligadas à antropologia do colonialismo e à antropologia histórica, desenvolvendo trabalhos relacionados ao processo de formação nacional, à historiografia, bem como a museus e coleções etnográficas. Junto com lideranças indígenas, foi um dos fundadores do Maguta: Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões, sediado em Benjamin Constant (AM), que deu origem ao Museu Maguta, administrado hoje diretamente pelo movimento indígena. Esta entrevista foi realizada pela antropóloga Marta Antunes (IBGE), no âmbito da reunião organizada pelo Grupo de Trabalho Povos e Comunidades Tradicionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em maio de 2017, com atores-chave na temática indígena, iniciando o processo de reflexão acerca dos censos com o objetivo de construir insumos para aperfeiçoamento metodológico e operacional do Censo Demográfico de 2020.

Em sua trajetória acadêmica, você tem publicado algumas reflexões sobre os dados dos censos demográficos e a forma como a população indígena residente no Brasil é (e não é) retratada pelos mesmos, em particular, os artigos "Entrando e saindo da mistura" e "Trama histórica e mobilizações indígenas atuais" (Oliveira, 1999, 2000, 2011). É raro observarmos trabalhos acadêmicos de antropologia, como os mencionados de sua autoria, que utilizam estatísticas oficiais e refletem sobre as mesmas. O que o levou a se debruçar sobre esses dados?

Tenho participado, nos últimos dez anos, nas discussões com o IBGE, tendo sido indicado, em 2016, pelo então presidente da ABA, Antônio Carlos de Souza Lima, para representar a associação na discussão sobre o Censo Demográfico de 2020. Identifico um desinteresse da maior parte dos colegas antropólogos em relação aos dados estatísticos, provavelmente porque, para eles, esses dados implicam uma leitura muito árida. Os antropólogos desconfiam dos resultados e geralmente só querem discutir o processo de coleta e confrontar os dados nacionais gerais com a experiência localizada que eles têm dentro de um povo ou de uma comunidade. Por esse motivo, o diálogo muitas vezes não é simples. Eu tenho uma outra experiência, trabalhei sempre com dados quantitativos. Meu primeiro trabalho de campo foi um mapeamento de um grupo extenso do Alto Solimões. Essa foi uma experiência preliminar antes do trabalho intenso dentro de uma aldeia com entrevistas e outras atividades relacionadas. Por isso, considero os dados quantitativos muito importantes para mim e para a sociedade brasileira.

Ao analisar os dados dos censos de 1872 e 1890 (Oliveira, 1999, 2000), você chama a atenção para o jogo classificatório que leva ao crescimento da categoria "cabocla", como se, ao se classificar como "cabocla", a pessoa conseguisse se afastar do estigma da escravidão, tão presente nas categorias "preto" e "pardo". Você enfatiza ainda que, nos censos nacionais posteriores ao de 1890, o "caboclo" deixou de corresponder a uma das alternativas classificatórias e ficou incluído na categoria "pardo", que passou a ser aplicada a toda e qualquer forma de mestiçagem. Consequentemente, entre 1890 e 1940, os censos não fornecem dados específicos sobre os indígenas que habitavam o território nacional. Como você avalia a evolução dos censos demográficos desde a introdução da categoria "indígena" no quesito "cor ou raça" em 1991, inicialmente no questionário da amostra, e, em 2010, no questionário básico?

O Censo Demográfico de 1991 já apresentou muitas novidades, mas, ao analisarmos o de 2000, só podemos classificá-lo como espetacular em relação às interpretações que propicia do Brasil. Este censo mostra índios em praticamente dois terços dos municípios brasileiros, destrói uma série de mitos em relação à concentração indígena em apenas determinadas áreas. Foi um marco fundamental e que ainda pode ser mais explorado pela antropologia. Com isso, não estou afirmando que não fosse necessário aperfeiçoá-lo. O Censo de 2010, por sua vez, aprofundou, sobretudo, com a colaboração da Fundação Nacional do Índio (Funai), os aspectos relativos às terras indígenas (TIs). É um censo que permite pela primeira vez individuar povos e línguas, o que considero extraordinário, um enorme avanço.

Em contrapartida, o Censo 2010 deixou alguns aspectos a descoberto. Minha principal crítica diz respeito às populações indígenas residentes em cida-

des. Tenho participado de muitos encontros com etnólogos, em universidades de diferentes áreas do país, e sempre sinto uma insatisfação muito grande em relação aos dados apresentados sobre os índios residentes nos centros urbanos. Quando comparamos os resultados dos Censos Demográficos de 2010 e 2000, estranhamos a diminuição de indígenas nas cidades, porque não há qualquer possibilidade de se pensar que eles tenham se reduzido. De fato, vem aumentando a quantidade de indígenas que vão estudar e/ou trabalhar nas cidades, que são atraídos pela vida nos centros urbanos. Essa avaliação, compartilhada por organizações indígenas, entidades indigenistas e estudiosos da área, não coincide com os dados do Censo de 2010. Acho que houve um problema que deveria ser corrigido no próximo censo.

Qual é a sua avaliação do conceito de "aldeia indígena" ("agrupamento de, no mínimo, 20 indígenas em uma ou mais moradias"), utilizado pelo IBGE, para planejar sua operação censitária, à luz da forma como essa categoria é utilizada pela antropologia e pelos próprios indígenas. Que sugestões você apresentaria ao IBGE, considerando que o Grupo de Trabalho (GT) Povos e Comunidades Tradicionais dessa instituição está em processo de revisão do conceito? O conceito de aldeia utilizado com diferentes significados pelas várias instituições que produzem dados sobre os indígenas poderia explicar as diferenças entre os dados do IBGE e os dados da Funai, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e do Instituto Socioambiental (ISA)?

Embora a noção de aldeia atualmente se aproxime do senso comum, no período colonial, de fundação do Brasil, ela tinha uma definição muito precisa. A aldeia era uma unidade missionária estabelecida sob controle de um agente externo que reunia diferentes populações, diferentes línguas, com o intuito de catequização. Não eram consideradas aldeias os espaços administrados por particulares. No correr dos usos, esse conceito mudou muito. Hoje tem um aspecto muito importante: é utilizado pela Funai porque corresponde a uma categoria adotada pelos próprios indígenas para marcar sua condição indígena: "Isto aqui é uma aldeia! Isso aqui não é qualquer coisa, nós somos índios". Ou seja, essa categoria tem um significado étnico muito importante que precisa ser contemplado.

As diferenças entre os dados da Funai, da Sesai, do ISA e os do próprio IBGE precisam ser discutidas aprofundadamente, o que está acontecendo em reuniões com especialistas promovidas pelo IBGE. Talvez seja necessário avançar nas reflexões para além das conceituações, com foco na forma de operacionalização da enquête, o que pode explicar números contrastantes entre as instituições.

No seu artigo "Trama histórica e mobilizações indígenas", você afirma que "medir é uma forma de arbitrar sobre direitos" (Oliveira, 2011: 654). Como você relaciona a conceituação de "aldeia" com essa dimensão política da estatística?

Um censo é uma política de Estado. É uma ação de Estado. Ele pode, por um lado, gerar dados propiciando uma melhor assistência a determinadas populações. Nesses casos, o censo é um instrumento de políticas públicas. Quando se trabalha com a ideia de aldeia no âmbito da saúde, da educação, ou no caso da Funai mesmo, a forma como essa categoria é definida pelas diferentes instituições está relacionada com a intenção de assistência desses órgãos, que têm como fim a implementação de políticas e programas públicos específicos. Por outro lado, a estatística pode estar ligada a uma intenção mais abrangente, que é a intenção do IBGE de realmente fazer um retrato do Brasil, uma compreensão do país mais geral. Às vezes, essa finalidade é meio descurada, mas é muito importante porque o IBGE tem como *obrigação* ou como *desafio* fazer um retrato da população brasileira que não oculte a sua diversidade, diferentemente da Funai, da Sesai, do ISA e de outros atores que estão trabalhando com objetivos específicos. Portanto, aperfeiçoar essa dimensão de conhecimento, ou seja, a capacidade de captar a diversidade é um investimento de energia, de esforços, que vale a pena ser feito.

Considerando as propostas apresentadas pelo GT Povos e Comunidades Tradicionais do IBGE, na reunião de maio de 2017, com o objetivo de garantir esse retrato que visibilize a diversidade do que é denominado "aldeia indígena", aposto na flexibilização do conceito de aldeia como um caminho a ser seguido. Uma questão a ser discutida é a que se refere ao quantitativo mínimo de indígenas que hoje é de vinte. Acho que, quanto menor o número, melhor. Às vezes um grupo de 15 pessoas pode ser um grupo de referência fundamental dentro de uma população indígena de mil e quinhentos, mas entendo que há limites decorrentes dos impactos numa operação censitária, e que o IBGE deva fixá-los, levando em conta esse equilíbrio entre representação e viabilidade.

Alguns conceitos de aldeia utilizados atualmente, inclusive o da Funai, pressupõem uma alteração do espaço com construções coletivas dos indígenas ou realizadas por instituições públicas. Acredita que essa dimensão deve constar de uma conceituação de aldeia do IBGE?

Sou pouco simpático à ideia de falar de construções ou de coisas públicas como dimensão necessária para que a categoria "aldeia" seja aplicada pelo IBGE a um grupo local de indígenas. Sabemos que há uma tendência das instituições estatais de produzirem sedentarização de populações que não estão ainda sedentarizadas e que não desejam esse processo. É preciso compreender que nem sempre

os indígenas valorizam o mesmo que nós. Eles não desejam ter uma terra fixada para ser permanentemente explorada. Eles preferem circular, ou seja, abandonar sua terra por um tempo e ir para uma área nova que tenha melhores condições de cultivo, de caça, entre outras. Às vezes se deslocam por razões religiosas. Embora usemos a imagem dos cemitérios para ajudar a definir terra indígena, a relação com os mortos nem sempre é fácil para as comunidades indígenas. Pode ser muito desagradável permanecer em uma área fechada estabelecendo relações com tantas gerações de parentes mortos. São várias as questões que impulsionam a circulação e mobilidade dentro das terras indígenas e entre aldeias, incluindo a criação e dissolução de aldeias. Em suma, há uma tendência dos indígenas a migrar e, se eles estão dentro de uma terra indígena ou de uma área reconhecida, eles têm todo o direito de se deslocarem, e não ficar permanentemente ali. A educação e a saúde têm que se adaptar ao modo de vida deles e não podem produzir uma sedentarização negativa.

Como você vê a questão dos agrupamentos de indígenas, em áreas urbanas e no entorno delas, que vêm crescendo nos mapeamentos realizados pelo IBGE desde o Censo de 2010?

Não acho que deveríamos valorizar demais essa dimensão do urbano. Em relação aos indígenas, é preciso tomar bastante cuidado com a ideia de que a urbanização é um processo inexorável que leva do atraso ao progresso. Além desse fato, é necessário ter em mente que vivemos em um contexto no Brasil no qual há que se ter muito cuidado com a utilização de dados. Os antropólogos estão tomando essa precaução em relação aos seus laudos e relatórios, assim como a toda a sua produção, porque esses dados estão sendo utilizados negativamente pela mídia e até mesmo por advogados.

Tenho uma preocupação muito grande com a questão da aldeia. Apesar de ser uma noção interessante e positiva, é necessário estarmos atentos ao mau uso que possa ser feito da mesma. Seria importante que o IBGE produzisse uma nota técnica em relação a essa categoria, explicando que o Censo produziu um retrato temporalmente localizado, que naquele momento os indígenas estavam ali, mas que, em outro momento, podem estar em outras partes do território. As aldeias não são estanques e fixas espacialmente, e os indígenas necessitam para a sua vida dessas outras partes do território.

Em nossas análises, também deveríamos tomar cuidado em relação a esses dados, para que não se dissociem muito da questão das terras. Devemos enfatizar que os índios se mobilizam, lutam, criam identidades e que as terras e as aldeias são unidades que os antropólogos chamam de grupos locais, onde as pessoas se reúnem em uma interação mais cotidiana, mas não são sequer unidades suficientes

do ponto de vista de casamento, de relações econômicas ou de relações rituais. Não é como se estivéssemos falando de Rio de Janeiro ou São Paulo, onde as pessoas vivem circuitos diferentes. Acho importante fazer essa distinção. É importante reavaliar se a categoria "aldeia" é a mais adequada. No meio rural brasileiro, a expressão "comunidade" é muito utilizada entre os indígenas que falam melhor o português. Talvez essa expressão possa ser uma alternativa. Além disso, a ideia de comunidade tem uma certa vantagem porque coloca o foco sobre a interação entre as pessoas. Associo essa noção ao conceito de "comunização" de Weber, a ideia de que a sociedade e as suas unidades existem porque as pessoas estão interagindo umas com as outras. Se elas não interagissem, mesmo que estivessem lado a lado, não formariam uma sociedade ou uma comunidade. Então, é a vontade das pessoas em interagir, criar instituições que possibilitem a convivência delas, que é valorizada.

Considerando toda essa discussão, enfatizo que a ideia de urbano é bastante complexa em relação aos indígenas, porque eles não trilham caminhos definitivos. Assim como os migrantes em geral, que muitas vezes têm o deslocamento como estratégia temporária, os indígenas têm frequentemente, além dessa transitoriedade da migração, apostas muito claramente estabelecidas dentro das suas próprias comunidades, têm papéis rituais, políticos e econômicos, e consideram seriamente a possibilidade de voltar. Além disso, grande parte das áreas está em processo de definição, e até mesmo algumas das que estão definidas apresentam problemas, porque estão sendo invadidas ou por qualquer outra razão.

Em suma, há diversos fatores que favorecem o deslocamento dos indígenas. Contudo, na medida em que os problemas são resolvidos, eles tentam retornar às comunidades de origem. Às vezes ficam por um tempo na cidade para estudar, vão e voltam, como se fosse um circuito. É importante salientar nesta discussão que não há elementos para afirmar que os indígenas que residiam em cidades no momento da coleta do Censo, tinham necessariamente um projeto de vida urbano. Em alguns casos, querem estudar ou acumular recursos, mas isso não significa que estão desvinculados das suas comunidades.

Os antropólogos e a Funai tiveram muito mais contato com os índios *territorializados*, os índios que estão dentro de áreas específicas, por várias razões que não cabe discutir aqui. Entretanto, os índios que estão vivendo em centros urbanos são muito importantes, devem ser estudados e representados.

Você tem participado de algumas discussões com o IBGE sobre o quesito de "cor ou raça". Nessa pergunta feita aos informantes, a categoria "indígena" é apresentada como última opção, depois de "branco", "preto", "amarelo" e "pardo". Em 2010, o IBGE inovou construindo uma pergunta de cobertura que só foi aplicada em TIs – "Você se considera indígena?" –, pergunta essa que captou cerca de 15%

do total da população indígena dentro das TIs. Em sua avaliação, de que maneira o IBGE vem possibilitando a representação estatística dos indígenas no Brasil?

Pensando nas implicações políticas do uso dos dados sobre índios no Brasil, acho que deveríamos compará-los com os de outros países. Por exemplo, a população indígena na Argentina, segundo dados do Banco Mundial, é quase a mesma que a do Brasil em termos absolutos. No entanto, a Argentina tem uma população total de residentes muito menor do que a nossa, o que significa que, naquele país, quase 5% da população é indígena e, no Brasil, o percentual é em torno de 0,5%.

O número de índios no Brasil é muito pequeno porque as nossas estruturas reprimem a possibilidade de ser indígena, inclusive o censo demográfico. O censo deveria ser mais *amigável* em relação às declarações de condição indígena. A pergunta “qual é sua cor ou raça” apresenta problemas, porque nem todos os indígenas têm uma única cor, como aliás qualquer ser humano. No caso deles, a ideia de raça é totalmente inadequada, porque os indígenas vão definir a sua raça como Xavante, por exemplo, ou vão falar “não sei”. Não vão associar raça à condição indígena.

Nesse sentido, uma pergunta do tipo “você se considera indígena”, uma pergunta direta, elaborada pensando na forma como o indígena se percebe, permite que a opção de resposta “indígena” não esteja misturada com outras categorias de resposta que não dialogam com ela. Para muitos indígenas, principalmente em contexto urbano, o elenco de categorias que começa com branco, preto, amarelo, pardo, pode confundi-los. A aplicação dessa pergunta (“se considera indígena”), aliada a uma abordagem mais específica para a operação do censo demográfico nas comunidades indígenas, contribuiria para o *desafio* do IBGE de fazer um retrato da população brasileira que não oculte a sua diversidade. Seria conveniente que essa pergunta adicional fosse feita nos lugares em que se identificou a presença de pessoas que já se declararam indígenas no último censo. O ideal seria até estender ainda mais a área de aplicação da pergunta, mas, provavelmente, os argumentos econômicos iriam pesar nessa decisão. Então, aposto na flexibilização do conceito de aldeia como um caminho interessante para ampliar a aplicação dessa pergunta mais direta de pertencimento étnico a um grupo maior de setores censitários, quando comparado com o Censo Demográfico de 2010.

Você considera possível que essa estrutura metodológica e operacional de pesquisa censitária que vem sendo aprimorada a cada censo com enfoque na população indígena possa ser adaptada para outros povos e comunidades tradicionais, como é o caso das comunidades quilombolas?

Uma parte significativa desse saber de Estado criado para quantificar os indígenas pode ser aplicada para populações não indígenas com bons resultados.

As diversas populações tradicionais têm muitas características em comum com os povos indígenas. Desse modo, é possível derivar adaptações dessa metodologia que está em discussão para as comunidades quilombolas, por exemplo, estimulando um diálogo com outras formas de pensar estatísticas censitárias para essas populações. Analisando o censo hoje, o retrato do Brasil ainda está focado no branco, e pensado a partir do Oceano Atlântico e das cidades. Provocar mudanças nessa representação do país pode gerar resultados muito interessantes, e considero o censo demográfico como o espaço apropriado para essa aposta, porque ele produz estatísticas oficiais, e estas são, ao mesmo tempo, política de Estado e reflexo das políticas de Estado. Para concluir, quero ressaltar que, se houver da parte do IBGE interesse e possibilidade de fazer mudanças na forma de retratar o Brasil na sua diversidade, com pesquisas qualitativas adicionais, estaremos perante mais um aperfeiçoamento deste trabalho censitário, no patamar do que observamos entre 2000 e 2010.

Referências

- OLIVEIRA, J. P. Entrando e saindo da mistura. In: OLIVEIRA, J. P. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- OLIVEIRA, J. P. Entering and leaving the “melting pot”: a history of Brazilian Indians in the national censuses. *Journal of Latin American Anthropology*, 4(2)-5(1): 190-211, 2000.
- OLIVEIRA, J. P. Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. In: OLIVEIRA, J. P. (Org.). *A Presença Indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.